

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 925.991 - SP (2016/0124139-1)**

AGRAVANTE : S A INDÚSTRIAS REUNIDAS F MATARAZZO  
AGRAVANTE : MATFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A  
AGRAVANTE : INDÚSTRIAS MATARAZZO DE PAPÉIS S/A  
AGRAVANTE : COMPANHIA MINEIRA DE PAPÉIS  
AGRAVANTE : S A INDUSTRIAS MATARAZZO DO PARANA  
AGRAVANTE : TECIDOS IGUACU S/A  
AGRAVANTE : COCAM CIA DE CAFE SOLUVEL E DERIVADOS  
AGRAVANTE : AGRO INDUSTRIAL AMALIA S/A  
AGRAVANTE : MATARAZZO S/A PRODUTOS TERMOPLASTICOS  
AGRAVANTE : POLYNOR S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIBRAS  
SINTÉTICAS DA PARAÍBA  
AGRAVANTE : COCAM COML/ E EXPORTADORA S/A  
ADVOGADOS : HAMILTON DIAS DE SOUZA - SP020309  
LUIS HENRIQUE DA COSTA PIRES - SP154280  
ANA BEATRIZ VALENCIANO ACHILLES E OUTRO(S) -  
SP344703  
AGRAVADO : UNIÃO  
AGRAVADO : BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN  
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL -  
PB000000C

**DECISÃO**

A S/A INDÚSTRIAS REUNIDAS FRANCISCO MATARAZZO e OUTRAS apresentam agravo contra decisão que negou seguimento ao seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF/88, com o objetivo de reformar o acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que assim decidiu ao negar provimento à apelação interposta pelas ora agravantes (fls. 1.059-1060):

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. POLÍTICA CAMBIAL. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS EM MOEDA ESTRANGEIRA. DESVALORIZAÇÃO DO CRUZEIRO EM 1979.

I - A política cambial tem natureza meramente indicativa ao mercado, pois não se reveste de certeza, oscilando de acordo com os interesses econômicos do Estado e não apenas do setor produtivo.

II - Prejuízos decorrentes de desvalorização da moeda nacional frente ao dólar norte-americano nas obrigações assumidas em moeda estrangeira não pode ser imputado ao Estado, pois não há vinculação da orientação de política econômica de governo a prazo certo e determinado, tampouco à garantia de estabilidade das taxas cambiais, incompatível, inclusive, com as leis de mercado.

III - Agravo desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 1.111-1.117).

Em suas razões especiais as recorrentes apontam violação do art. 535, I e II, do CPC/1973, ao argumento de que a despeito da oposição dos embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* olvidou-se de se manifestar especificamente sobre as circunstâncias fáticas ou jurídicas da demanda, ou ainda sobre os vícios apontados nos embargos, especificamente sobre a política cambial do Plano de Desenvolvimento e o dever de indenizar do Estado (fls. 1.104-1.108).

Sustentam, ainda, violação da Lei n. 6.151/74 e dos arts. 15 e 159 do CC/1.916, em razão de o Tribunal *a quo* ter desconsiderado o dano causado às recorrentes pelo Poder Público em razão das alterações econômicas inicialmente traçadas (fls. 1.128).

Ofertadas contrarrazões (fl. 1.155-1.163 e 1.181-1.189), o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial (fls. 1.199-1.202), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que as agravantes impugnaram a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se, em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultra-atividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

De início, em relação à indicada violação do art. 535, I e II, do CPC/1973 pelo Tribunal *a quo*, não se vislumbram as alegadas máculas apresentadas pelo recorrente – ausência de manifestação específica sobre as circunstâncias fáticas ou jurídicas da demanda, ou sobre os vícios apontados nos embargos –, tendo o julgador abordado a questão às fls. 1.028-1.031.

Não se configura, portanto, a ofensa ao art. 535 do CPC/1973, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 1486330/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 24/2/2015; AgRg no AREsp 694.344/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 2/6/2015; EDcl no AgRg nos EAREsp 436.467/SP, Rel. Ministro João Otávio De Noronha, CORTE ESPECIAL, DJe 27/5/2015.

Dessarte, como se observa de forma clara, trata-se apenas de inconformismo direto com o resultado do acórdão, que foi contrário aos interesses das partes recorrentes.

Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão embargada não enseja embargos de declaração. Esse não é o objetivo dos aclaratórios, recurso que se presta tão somente a sanar contradições ou omissões decorrentes da ausência de análise dos temas que lhe forem trazidos à tutela jurisdicional, no momento processual oportuno, conforme o art. 535 do CPC/1973.

No mais, no tocante ao afastamento da responsabilidade do Poder Público quanto à mudança nos planos econômicos à época empregados, verifica-se que o acórdão recorrido não merece reforma, por encontrar-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE. FATO DECORRENTE DE CONJUNTURA INTERNACIONAL. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA TEORIA DO FATO DO PRÍNCIPE. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

I - Na origem, trata-se de ação ajuizada por Açucareira Corona S.A. em desfavor da União e do Banco Central do Brasil objetivando a responsabilização das partes requeridas pela maxidesvalorização da moeda em cerca de 30% ocorrida em dezembro de 1979.

II - Na primeira instância, os pedidos formulados na inicial foram julgados improcedentes. No TRF da 3ª Região, a sentença foi mantida.

III - Interposto recurso especial, com fundamento no art. 105, III, a, da Constituição Federal, por ofensa ao art. 535 do CPC/73 e aos arts. 15 e 159 do Código Civil de 1916, no Tribunal de origem, negou-se seguimento ao recurso, o que motivou a interposição de agravo nos próprios autos.

IV - Recebidos os autos pelo Superior Tribunal de Justiça, negou-se provimento ao recurso especial por inexistência de violação do art. 535 do CPC/73 e ante a consonância do acórdão regional com a jurisprudência do STJ.

V - Não há violação do 535 do CPC/73 (art. 1.022 do CPC/2015) quando o Tribunal *a quo* se manifesta clara e fundamentadamente acerca dos pontos indispensáveis para o desate da controvérsia, apreciando-a fundamentadamente (art. 165 do CPC/73), apontando as razões de seu convencimento, ainda que de forma contrária aos interesses da parte, como verificado na hipótese.

VI - Conforme entendimento pacífico desta Corte, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MS n. 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em

8/6/2016, DJe 15/6/2016.)

VII - Outrossim, quanto aos demais dispositivos legais apontados por violados, não merece êxito o recurso. Com efeito, no caso dos autos, o Tribunal de origem entendeu que, nos termos da jurisprudência desta Corte, o fato da maxidesvalorização cambial decorreu de fatores inerentes à conjuntura internacional que se assemelham ao fato do príncipe, não havendo falar em responsabilidade civil. É o que se depreende do seguinte excerto do voto condutor (fl. 1.751): "Segundo se verifica da defesa apresentada pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL, a justificar o fato econômico da maxi-desvalorização cambial, no ano de 1.979, que resultou na desvalorização do cruzeiro na razão de 30% de seu valor de face "foi o caminho adotado pelo Conselho Monetário Nacional, para, naquela fase conjuntural da economia brasileira "regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor estabilização dos recursos em moeda estrangeira, e, "caso contrário, ocorreria uma desenfreada especulação com moedas e contratos denominados em moeda estrangeira, em moeda estrangeira, cujos prejuízos para a já combalida economia nacional r seriam incalculáveis" (fls.378/379). Tais circunstâncias tem sido entendidas pelo Egrégio SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA como fatores inerentes à conjuntura internacional que se assemelham ao fato do príncipe, não podendo gerar a consequência pretendida pela autora".

VIII - O acórdão, assim, está em conformidade com a jurisprudência desta Corte relativamente à aplicação, analogicamente, da teoria do fato do príncipe ao fato imprevisível e danoso dependente de conjunturas internacionais, como no caso dos autos, em que se exclui a responsabilidade estatal. Nesse sentido é a jurisprudência desta Corte: REsp n. 614.048/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 15/3/2005, DJ 2/5/2005, p. 172; REsp n. 834.047/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 16/12/2008, DJe 6/2/2009.

IX - Cumpre esclarecer que, apesar de tratar especificamente sobre o rompimento da paridade cambial geradora de maxidesvalorização no ano de 1999, o entendimento firmado no julgamento do REsp n. 614.048/RS foi utilizado pela Corte *a quo* como reforço argumentativo, pois trata da ausência de responsabilidade estatal em decorrência da aplicação da teoria do fato do príncipe. Assim, o acórdão proferido no Tribunal a quo está em conformidade com a jurisprudência desta Corte.

X - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 913.080/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 14/12/2018)

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. LIBERAÇÃO CAMBIAL. RESPONSABILIDADE DO BACEN. ARTS. 458 E 535 DO CPC.**

1. Não se conhece de recurso especial por suposta violação do art. 535 do CPC se não se especifica o vício que inquina o aresto recorrido, limitando-se a alegações genéricas de omissão no julgado, por considerar imperativo que se acolha os embargos para fins de prequestionamento ou de análise de todos os temas suscitados, sob pena de tornar-se insuficiente a tutela jurisdicional. Incidência da Súmula 284/STF.

2. Inexiste violação dos arts. 458, II e III, e 535, II, do CPC na hipótese em que o Tribunal de origem examina, de modo claro e suficiente, as questões submetidas à sua apreciação.

3. A jurisprudência do STJ vem reconhecendo a legalidade do ato expedido pelo Bacen que determinou a liberação cambial, porquanto dentro da

competência prevista na Lei nº 4.595/64, daí não decorrendo o dever de indenizar pelo BACEN, autarquia competente para implementar a política de câmbio.

4. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

(REsp n. 834.047/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 16/12/2008, DJe 6/2/2009.)

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PARIDADE CAMBIAL. INTERVENÇÃO ESTATAL NO DOMÍNIO ECONÔMICO. PRETENSÃO DE IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA POR FORÇA DE ALTERAÇÃO DA PARIDADE CAMBIAL. CONSEQÜENTE DEVER DE INDENIZAR À UNIÃO E AO BACEN. FATORES INERENTES À CONJUNTURA INTERNACIONAL QUE SE ASSEMBELHAM AO FATO DO PRÍNCIPE. IMPROCEDÊNCIA.

1. A intervenção estatal no domínio econômico é determinante para o setor público e indicativa para o setor privado, por força da livre iniciativa e dos cânones constitucionais inseridos nos arts. 170 e 174, da CF.

2. Deveras, sólida a lição de que um dos fundamentos da Ordem Econômica é justamente a 'liberdade de iniciativa', conforme dispõe o art. 170, o qual, em seu inciso IV, aponta, ainda a 'livre concorrência' como um de seus princípios obrigatórios. : 'A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) IV 'livre concorrência'. Isto significa que a Administração Pública não tem título jurídico para aspirar reter em suas mãos o poder de outorgar aos particulares o direito ao desempenho da atividade econômica tal ou qual; evidentemente, também lhe faleceria o poder de fixar o montante da produção ou comercialização que os empresários porventura intentem efetuar. De acordo com os termos constitucionais, a eleição da atividade que será empreendida assim como o quantum a ser produzido ou comercializado resultam de uma decisão livre dos agentes econômicos. O direito de fazê-lo lhes advém diretamente do Texto Constitucional e descende mesmo da própria acolhida do regime capitalista, para não se falar dos dispositivos constitucionais supramencionados. No passado ainda poderiam prosperar dúvidas quanto a isto; porém, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se enfaticamente explícito que nem mesmo o planejamento econômico feito pelo Poder Público para algum setor de atividade ou para o conjunto deles pode impor-se como obrigatório para o setor privado. É o que está estampado, com todas as letras, no art. 174: 'Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. (...) (Celso Antônio Bandeira de Mello in "Curso de Direito Administrativo", 14ª ed. Malheiros, 2002, p. 619-620).

3. No afã de regular o comércio exterior e manter a sua balança de pagamentos equilibrada, o Estado-Soberano pode preconizar a paridade cambial, previsivelmente sujeita, quanto à sua estabilidade, ao comércio externo e à política internacional, fatos inimputáveis ao Estado Nacional, quer à luz da responsabilidade objetiva quer à luz da responsabilidade subjetiva, inerentes às hipóteses de atos omissivos, nos quais é imperioso detectar que a entidade pública tinha o dever de evitar o imprevisto que gerou dano a terceiros.

4. Consoante escorreitamente assentado no aresto recorrido "1. A União é parte ilegítima para figurar no pólo passivo das ações em que se

discute direito à indenização por prejuízos decorrentes da súbita modificação da política cambial, estando legitimado, com exclusividade, o BACEN, que decidiu e implementou a liberação do mercado de câmbio. 1. (sic) Ao contratar em moeda estrangeira, o empresário sabe e espera que sua obrigação seja quantificada segundo a variação cambial. O mercado de câmbio, por natureza, é variável. Tanto é assim que para livrar-se dos efeitos de uma valorização inesperada do dólar, existe a opção de contratação de operações de hedge. 2. Ainda que se pudesse considerar imprevisível a súbita liberação do mercado cambial, pelo BACEN, em 18/01/99, através do Comunicado 6565, e a correspondente maxidesvalorização do real, não é possível transferir ao Estado os prejuízos decorrentes da álea de negócio vinculado à variação futura do dólar norte-americano. A teoria da imprevisão aplica-se aos contratantes, não vinculando terceiros. 3. A liberação do mercado de câmbio, pelo BACEN, na ocasião, é tida por regular, pois surgiu como alternativa capaz de proteger as reservas cambiais do Brasil. A volatilização do mercado financeiro e de capitais, produto da globalização, é capaz de provocar súbitos desequilíbrios nas reservas cambiais, o que exige dos Governos modificações em sua política cambial, muitas vezes inesperadas ou mais drásticas que as esperadas, na tentativa de conter a liquidação da economia do país.(...). "

5. A existência de norma legal indicativa do exercício da intervenção no domínio econômico revela exercício regular de direito, mercê de não se inferir da norma jurídica qualquer atuar omissivo posto inexistente o dever legal de manutenção da paridade, o qual, se existente, poderia conduzir à culpa *in ommittendo*.

6. O fato do príncipe é argüível *intra muros* entre os particulares e extraterritorialmente pelo Estado, desde que o suposto fato imprevisível e danoso dependa de conjunturas internacionais, imprevisíveis, *ad substantia*.

7. A ciência jurídica-econômica não é imutável e eterna, como não o são os ordenamentos voltados à regulação das atividades econômicas, sujeitas estas às mais diversas espécies de injunções internas e internacionais, como guerras, estratégias de proteção de produtos alienígenas, rompimento de relações diplomáticas, etc.

8. O Estado responde objetivamente pelos seus atos e de seus agentes que nessa qualidade causem a terceiros e, por omissão, quando manifesto o dever legal de impedir o ato danoso, hipótese em que a sua responsabilidade é subjetiva decorrente de imperícia ou dolo.

9. A ingerência de fatores exteriores aliada à possibilidade de o particular prevenir-se contra esses fatores alheios à vontade estatal, acrescido da mera natureza indicativa da política econômica revela a ausência de responsabilização do Estado.

10. O Recurso Especial não é servil ao reexame de matéria fático-probatória.

11. Recurso Especial parcialmente conhecido, e, nesta parte, desprovido.

(REsp 614.048/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2005, DJ 02/05/2005, p. 172)

Observado que o entendimento aqui consignado, lastreado na jurisprudência, é prevalente no Superior Tribunal de Justiça, aplica-se o enunciado da Súmula n. 568/STJ, *in verbis*:

O relator, monocraticamente e no STJ, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator

